

**PORTARIA DA NORMA DE BALIZAMENTO DE PREÇOS E A AMPLA PESQUISA DE  
MERCADO DE QUE TRATAM A LEI Nº 8.666/1993**

Portaria nº 29, de 29 de outubro de 2014.

Aprova a Norma de Balizamento de Preços e a Ampla Pesquisa de Mercado de que tratam a Lei nº 8.666/1993, dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, incisos II, III e VI, do Decreto Federal nº 7.163, de 29 abr. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso I, da Lei nº 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF; e o art. 7º, inciso I, da Portaria nº 31, de 14 dez. 2010, publicado no BG nº 15 dez. 2010; e atendendo ao Processo nº 053.001.917/2014, resolve:

**Art. 1º APROVAR** a Norma de Balizamento de Preços e a Ampla Pesquisa de Mercado de que tratam a Lei nº 8.666/1993, que seguem como **anexo 4**.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 26, de 6 jun. 2012.

HAMILTON SANTOS ESTEVES JÚNIOR – Cel. QOBM/Comb.  
Comandante-Geral

**NORMA DE BALIZAMENTO DE PREÇOS E A AMPLA PESQUISA DE MERCADO DE QUE  
TRATAM A LEI Nº 8.666/1993**

Art. 1º Disciplinar os procedimentos internos para a realização do balizamento de preços e da ampla pesquisa de mercado de que tratam o inciso V, e o § 1º, do art. 15, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e a IN nº 5/SLTI/MPOG de 27 de junho de 2014, para fins de definição do valor estimado das aquisições e contratações realizadas no âmbito do CBMDF, inclusive aos procedimentos de adesão a ata de Registro de Preços, nos termos que com esta baixa.

Art. 2º O balizamento pelos preços praticados no âmbito da Administração Pública e a ampla pesquisa de mercado constituem elementos essenciais e obrigatórios, que precedem os processos de aquisições e contratações, para fins da estimativa do valor da contratação.

Parágrafo único. O balizamento pelos preços praticados no âmbito da Administração pública e a ampla pesquisa de mercado objetivam:

I – verificação da adequação orçamentária;

II – escolha da modalidade licitatória adequada;

III – evitar aquisições e contratações com sobrepreços ou preços inexequíveis, em relação aos preços praticados no mercado; e

IV – critério de aceitabilidade de propostas durante o certame.

Art. 3º Para a validade e segurança do próprio levantamento e tratamento dos dados obtidos, a ampla pesquisa de mercado deve ser amparada pelos seguintes requisitos:

I – Generalidade: consiste na ampla busca de preços praticados no mercado pelos potenciais contratados referentes a determinado bem ou serviço.

II – Atualidade: buscar aferições em períodos próximos da data estimada para a finalização do processo de aquisição. No caso da utilização de Atas de Registro de Preços, estas devem estar dentro do prazo de validade na data da consulta.

III – Efetividade: a pesquisa de preços deve refletir os preços reais praticados no mercado e devem se balizar pelos praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública.

IV – Parametrização: comparação dos preços entre produtos de igual qualidade e que atendam as mesmas especificações, quantidades e demais exigências constantes de Termos de Referências ou Projeto Básico

V – Documentação: as pesquisas realizadas, orçamentos e propostas, bem como eventuais justificativas devem ser documentados e juntados ao processo de aquisição.

Art. 4º Compete às Unidades Requisitantes ou ao autor do pedido realizar a pesquisa de preços mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros, observada a ordem de preferência:

I – Portal de Compras Governamentais - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br);

II – pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

III – contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços, consultando, no mínimo um dos seguintes sítios eletrônicos:

a) Portal e-Compras DF (Administração Pública Distrital);

b) Portal Licitações-e (Banco do Brasil);

c) Portal de Compras do Estado de São Paulo;

d) Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro;

e) Portal de Compras do Estado de Minas Gerais.

IV – pesquisa com os fornecedores.

§ 1º Deverão ser buscados ao menos três preços para o bem ou serviço visado, com exceção do caso do inciso I, onde será admitida a pesquisa de um único preço.

§ 2º Em observância à ordem de preferência estabelecida nos incisos do *caput*, a utilização do parâmetro seguinte dependerá da impossibilidade, devidamente justificada, de utilização do parâmetro que o precede.

§ 3º No âmbito de cada parâmetro, o resultado da pesquisa de preços será a média ou o menor dos preços obtidos.

§ 4º A utilização de outro método para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, que não o disposto no § 3º, deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente.

§ 5º Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas.

§ 6º Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 7º Os preços encontrados com prazo superior a 1 (um) ano da data da pesquisa deverão ser corrigidos monetariamente pela utilização do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM antes de comporem os cálculos para obtenção do preço médio.

§ 8º Para os casos de dispensa de licitação deverá ser utilizada a pesquisa prevista no inciso IV.

§ 9º No caso do inciso IV, somente serão admitidos os preços cujas datas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 5º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores a Unidade Requisitante ou o autor do pedido deverá:

I – encaminhar solicitação formal a cada fornecedor para apresentação de cotação, concedendo prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, o qual não será inferior a cinco dias úteis.

II – realizar a pesquisa com base nos preços correntes no mercado onde será realizada a licitação, que poderá ser local, regional, nacional ou internacional, os quais deverão ser colhidos em empresas do ramo pertinente ao objeto licitado.

III – realizar a pesquisa em, no mínimo, três potenciais fornecedores, de modo que seus orçamentos contenham os seguintes requisitos mínimos:

a) ser digitada ou datilografada sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa;

b) conter a identificação da razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e fax da empresa;

c) conter especificação completa do produto proposto com marca/modelo ou o serviço a ser contratado ou fazer referência à especificação solicitada oficialmente pela Administração;

d) conter o preço unitário e total para cada item;

e) conter o prazo de entrega do material ou de realização dos serviços e o prazo para correção de vícios;

- f) conter o local de entrega;
- g) conter o prazo de validade da proposta de preços não inferior a 60 (sessenta) dias;
- h) outras condições que possam influenciar a composição de preços nos orçamentos; e
- i) ser assinada, por pessoa autorizada.

IV – apresentar as devidas justificativas, no caso de não ser possível conseguir a quantidade mínima de três orçamentos para o balizamento de preços por limitação do mercado.

V – efetuar acurado juízo crítico acerca da consistência dos preços levantados, observando-se se existe indício de preços destoantes dos praticados no mercado.

VI – caso seja impossível a obtenção de três cotações deve-se obter comprovantes de fornecimento realizado a outras entidades, ainda que privadas.

VII – considerar parâmetros de condições de aquisição e pagamento idênticos ao pretendido pela Administração, ainda que existam apenas preços praticados para a iniciativa privada.

VIII – cotejar apenas produtos semelhantes, e evitar comparar produtos diferentes, ou produtos semelhantes com qualidades diferentes, eis que necessariamente os mesmos deverão possuir preços diferentes.

IX – nos casos previstos no inciso anterior, quando o pesquisador encontrar produtos diferentes, deve avaliar as particularidades das suas especificações e parametrizar a pesquisa, levando em conta os parâmetros definidos na especificação técnica formulada pela Administração e, se necessário, a marca e a qualidade do produto ofertado.

X – a parametrização de que trata o inciso VIII permite classificar os produtos segundo as suas identidades em termos de qualidade para, em seguida, comparar os preços entre os produtos similares.

XI – após realizada a pesquisa e a criteriosa análise que possibilite a constatação de que os preços pesquisados realmente refletem aqueles praticados no mercado, apurar o preço estimado utilizando-se da média aritmética entre os valores encontrados.

Art. 6º Na hipótese de eventual aditamento a contrato vigente, compete ao executor do respectivo contrato a promoção das diligências a que se referem os incisos I a X do artigo 5º como condição para o prosseguimento da solicitação de aditamento à Diretoria de Contratações e Aquisições.

Art. 7º Compete a Diretoria de Saúde reavaliar, anualmente, os valores previamente fixados nos editais de credenciamentos de entidades e de profissionais da área de saúde, de modo a comprovar e demonstrar, nos autos, a vantagem ou igualdade dos valores definidos em relação aos preços de mercado.

§ 1º A pesquisa de mercado a que se refere o *caput* do presente artigo deverá contemplar consulta a preços praticados pela Administração Pública e cotações junto a fornecedores, observando, no que couberem, os dispositivos dos artigos 3º a 7º da presente Portaria.

§ 2º Para efeito de consulta a preços praticados pela Administração Pública referida no parágrafo anterior, a Diretoria de Saúde deverá ainda desenvolver banco de preços e registrar todos os valores dos materiais, insumos e respectivos procedimentos, bem como efetuar comparativo dos preços propostos pelos fornecedores com aqueles registrados no citado banco de preços.

§ 3º Caso não seja possível obter os preços praticados no âmbito da Administração ou o número mínimo de cotações a Diretoria de Saúde deverá providenciar a aposição de justificativas circunstanciadas nos autos.

Art. 8º Os demais procedimentos relativos aos processos de aquisição e contratação deverão obedecer, no que couber, ao previsto no Manual de Procedimentos para a Tramitação e Elaboração de Pedidos de Compras, Obras, Alienações, Participação em Cursos, Palestras, Seminários, Simpósios e Outros Afins, aprovado por meio da Portaria n.º 21/2005, publicada no BG n.º 132, de 15 de julho de 2005 e na IN 01/2012-DIMAT/Cmt-Geral, republicada no BG n.º 97, de 26 de maio de 2014.

Art. 9º O disposto nesta Instrução normativa não se aplica a obras e serviços de engenharia, de que trata o Decreto n.º 7.983, de 8 de abril de 2013.

Parágrafo único. Esta Instrução Normativa não se aplica aos processos aquisitivos já iniciados.